



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ORIENTAÇÕES INICIAIS:

1º - O estudo técnico preliminar é documento que dará início aos pedidos de contratações junto a Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças e deverá ser incluído **obrigatoriamente** no SEI juntamente com o Termo de Referência/Projeto Básico, exceto nas hipóteses previstas como dispensável. **Ressalta-se que este formulário é um instrumento facilitador, o que não exige à unidade requisitante de realizar uma análise crítica e efetuar as adaptações necessárias às peculiaridades do caso concreto.**

2º - Este formulário é documento que contém informações necessárias para a realização do procedimento licitatório, bem como identifica aspectos a serem observados na elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.

3º - **Por se tratar de um documento simplificado, este estudo preliminar não atende aos seguintes casos, devendo ser utilizado apenas como documento complementar:**

i) Contratação de soluções de tecnologia da informação (prestação de serviço ou aquisição), os quais devem observar legislação própria (IN 4/2014 - MP/SLTI ou outra que o TSE venha a exigir);

ii) Contratações mais complexas que exijam análises mais detalhadas, conforme a verificação pela própria unidade solicitante ou diligência da SAO.

4º - O estudo técnico preliminar fará parte dos anexos do respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico.

I. DADOS DO PROCESSO

Processo:		
0021550-10.2020.6.25.8000		
Objeto:		
Prestação de serviços especializados e continuados de instalação/manutenção elétrica – predial/industrial; manutenção e reforma predial, bem como serviços de jardinagem, com fornecimento de insumos e materiais. Para o período eleitoral de 2022: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétrica, lógica e telefônica, da sede do TRE/SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas, Cartórios Eleitorais de todo Estado, bem como, serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas dos locais de votação e apuração da Capital, conforme Cláusula Primeira do TR.		
Unidade Solicitante:		
COSER		
Unidade(s) Demandante(s):		
SEMAN		
Equipe de Planejamento da Contratação:		
Nome: Maria Alejandra Pérez de Machado	Unidade: COSER	
Nome: Ricardo Loeser Carvalho Filho	Unidade: ASPLAN/SAO	
Nome: Iguassu Cândido Pereira Ramalho	Unidade: SEACO	
Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar:		
Nome: Rubens Lisboa Maciel Filho	Unidade: DG	
Fiscais Previamente Indicados:		
Fiscal Técnico	Nome: Luciano José Andrade Melo	Unidade: SEMAN
Fiscal Administrativo	Nome: Kátia de Barros Bomfim Santana	Unidade: NAF
Fiscal Setorial, se houver	Nome: Não se aplica	Unidade: Não se aplica
Gestora do Contrato:	Nome: Maria Alejandra Pérez de Machado	Unidade: COSER
1º ETAPA - Definição das Responsabilidades - definir as atribuições e as responsabilidades dos envolvidos no planejamento da contratação.		
i) Este formulário deve ser encaminhado já com a ciência dos fiscais previamente indicados, ou seja, antes da sua efetiva indicação formal (art. 22, § 2º da IN 5/2017-MP).		
ii) A autoridade responsável pela aprovação deste estudo será a mesma autoridade competente para aprovação do TR.		

II. OBJETO

Natureza do objeto:	
<input type="checkbox"/>	1. Prestação de serviço
<input type="checkbox"/>	2. Aquisição
<input checked="" type="checkbox"/>	3. Prestação de Serviço + Aquisição
Descrição sucinta do objeto:	
Prestação de serviços especializados e continuados de instalação/manutenção elétrica – predial/industrial; manutenção e reforma predial, bem como serviços de jardinagem com fornecimento de material. Em que pese termos indicado, na Natureza do Objeto, se tratar de contratação de "Prestação de Serviço + Aquisição", a aquisição é de baixa representatividade, como fica evidenciado através dos valores do atual Contrato mantido para este fim: valor total para 24 meses, R\$ 608.999,49; valor insumos para o mesmo	

período, R\$3.355,39, portanto, nos itens abaixo nos deteremos tão somente ao que se refere à Prestação de Serviços.

Para o período eleitoral de 2022: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétrica, lógica e telefônica, da sede do TRE/SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas, Cartórios Eleitorais de todo Estado, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas dos locais de votação e apuração da Capital.

III. QUANTIDADE A SER CONTRATADA

Definir a quantidade necessária para atender a demanda:

Manutenção predial contínua:

Contratação de 03 (três) postos de serviços especializados e continuados de jardinagem, na Sede e Cartórios Eleitorais de todo Estado, compreendendo fornecimento de material.

Contratação de 02 (dois) postos de serviço de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétrica, lógica e telefônica, da sede do TRE/SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas, Cartórios Eleitorais de todo Estado.

Contratação de 02 (dois) postos de serviço de manutenção preventiva/ corretiva e reforma das instalações prediais da sede do TRE/SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas e Cartórios Eleitorais de todo Estado.

Período Eleitoral:

Contratação de 01 (um) posto de serviço de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétrica, lógica e telefônica, da sede do TRE/SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas, Cartórios Eleitorais de todo Estado.

Contratação de 03 (três) postos de eletricista para os serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas dos locais de votação e apuração da Capital.

Detalhar os critérios utilizados para se chegar à quantidade solicitada, fazendo constar memória de cálculo ou estudo e os documentos que lhe dão suporte:

Fundamentando a heterogeneidade dos serviços e com o intuito de corroborar na fundamentação da necessidade de contratação dos serviços por posto de trabalho, trazemos à baila dados extraídos do sistema Help Desk.

É imperioso destacar que os dados a seguir não são absolutos, posto que alguns atendimentos, notadamente aqueles que por sua urgência não seriam passíveis de aguardar na “fila de espera” do sistema, não foram registrados. Todavia, reforçamos que os dados a seguir são um indicativo com adequado grau de confiabilidade para balizar a presente contratação e mensuração da mão de obra necessária

Salientamos que os serviços realizados nos períodos de referência (anos de 2018, 2019 e 2020) não estão restritos aos listados abaixo, posto que, além destes chamados específicos, existe uma rotina de trabalho ordinária elencados na Cláusula Terceira do TR (0955768).

Demanda registrada por serviços de jardinagem:

Atividade	Chamados 2018	Chamados 2019	Chamados 2020*
Aplicação de herbicida	4	8	4
Podagem	31	39	21
Total de chamados registrados	35	47	25

Demanda registrada por serviços elétricos:

Atividade	Chamados 2018	Chamados 2019	Chamados 2020*
Serviço na rede elétrica	98	83	78
Serviço na rede lógica	50	41	37
Serviço na rede telefônica	87	93	50
Troca de Lâmpada	50	43	33
Serviço na cerca pulsativa	30	29	28
Serviço sistema de alarme	4	6	1
Manutenção caixa de som	1	0	0
Troca de disjuntores	1	0	0
Total de chamados registrados	321	295	227

Demanda registrada por serviços de manutenção predial:

Atividade	Chamados 2018	Chamados 2019	Chamados 2020*
Serviço hidráulico	30	27	21
Conserto fechadura	26	19	15
Vazamento hidráulico	33	39	19
Manutenção de porta	11	9	7
Serviço de telhado	14	26	11
Conserto de porta blindex	15	18	5
Colocação de porta	7	2	5
Conserto mobiliário	20	24	8
Colocação porta divisória e de divisória	9	2	6
Troca de torneira	8	7	6

Serviço forro de gesso	0	3	1
Pequenas manutenções em mobília, colocação de piso, pintura de paredes	14	14	9
Troca de sifão	7	3	5
Total de chamados	194	193	118

*dados coletados até 02/12/2020.

IV. JUSTIFICATIVA

Informar o objetivo/problema que será resolvido com a contratação:

Instalações, desinstalações e reparos elétricos, de lógica e telefone, manutenção e reformas prediais e jardinagem, tudo aplicado à Sede e aos Cartórios Eleitorais, isto é, a manutenção geral dos imóveis de forma a minimizar o desgaste do tempo e do uso.

No período eleitoral, instalações, desinstalações e reparos elétricos, de lógica e telefone na sede do TRE/SE, Almoxarifado, Depósito de Urnas, Cartórios Eleitorais de todo Estado, e manutenção preventiva e corretiva nos locais de votação e de apuração da Capital, objetivando o pleno funcionamento das instalações e o consequente sucesso das eleições.

Histórico:

	1. Não há histórico
X	2. Há histórico
	2.1 Número do processo da contratação anterior: 0003489-43.2016.6.25.8000 e 0016626-24.2018.6.25.8000
	2.2 Resumir o histórico das contratações anteriores e das soluções atualmente adotadas: Contrato 18/16 - Transcom Telecomunicações Ltda. - EPP e Contrato 3/2019 - CM Comércio, Serviços e Construções Ltda. As contratações adotaram como unidade de medida o posto de trabalho, tendo em vista que a solução é a que melhor se alinha às demandas da Administração. Poderia se adotar como unidade de medida a produtividade, mediante ordem de serviço para cada evento. No entanto, considerando que os serviços serão prestados, além da capital, no interior do Estado, a resposta no atendimento, smj, seria desfavorável à Administração.

Origem da demanda da contratação:

X	1. A contratação foi prevista na Proposta Orçamentária
	1.1 Informar o ano da Proposta Orçamentária e a Ação: Proposta Orçamentária 2020/21, na Ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE e Pleitos Eleitorais
	2. Não houve previsão orçamentária para a contratação

Pesquisa de Mercado:

"Pesquisa de mercado é procedimento para verificação das exigências e condições do mercado fornecedor do objeto a licitar. Exemplo: especificação, qualidade, desempenho, prazos de entrega, prestação, execução, garantia" (TCU, Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, 2010). Nesse sentido, a unidade requisitante deve verificar quais as soluções disponíveis no mercado para só então decidir qual será a melhor (financeira e tecnicamente). Além disso, deve-se pesquisar como o mercado atua quanto à forma de execução, prazo de entrega, forma de pagamento, exigência legais, requisitos mínimos técnicos e demais questões afetas ao objeto.

Há outras soluções de mercado que atenderiam a necessidade do órgão?

	1. A unidade solicitante desconhece outra solução de mercado que atenda a todas as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado
X	2. Há outras soluções de mercado que atendem as necessidades demandadas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado
	2.1 Relacionar as demais soluções de mercado, se houver: Remuneração com base na quantidade de horas de serviço e produtividade, mediante ordem de serviço para cada evento

Motivos que levaram a escolha da solução a ser contratada:

	1. A(s) especificação(ões) e/ou obrigação(ões) atendem aos padrões comuns (usuais) de mercado
	2. Há exigência(s) de especificação(ões) e/ou obrigação(ões) fora do padrão de fornecimento de mercado, o que pode representar aumento de custos na contratação.
	2.1 Justificar a exigência:
X	3. Comparar com as demais soluções de mercado, quando houver: Poderia se adotar como unidade de medida a produtividade, mediante ordem de serviço para cada evento. No entanto, considerando que os serviços serão prestados, além da capital, no interior do Estado, a resposta no atendimento, smj, seria desfavorável à Administração.

Subcontratação

X	1. O objeto deve ser executado única e exclusivamente pela licitante contratada, haja vista que o mercado dispõe de diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto a ser licitado
	2. Será facultada a subcontratação de parte do objeto pela licitante contratada
	2.1 Descrever o que poderá ser subcontratado e o motivo para essa permissão:
	3. Outras hipóteses
	3.1 Justificar:

Consórcio

X	1. Não é necessária a previsão de participação de empresas de forma consorciada, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada
	2. É necessária a previsão da possibilidade de participação de empresas consorciadas no edital de licitação, pois o objeto é complexo e/ou demanda das empresas uma grande capacidade econômica para sua execução

V. AQUISIÇÃO (FORNECIMENTO)

A contratação trata de aquisição de materiais/equipamentos:

	1. Sim
--	--------

X	2. Não
É possível a reserva de 25% das quantidades solicitadas para que sejam adquiridas exclusivamente por ME/EPP (art. 8º do Decreto 8.538/2015)	
	1. Não se aplica (nos casos em que a expectativa do valor da contratação estiver abaixo de R\$ 80.000,00)
	2. Sim
	3. Não
	3.1 Justificar (hipóteses dos incisos do art. 10 ou do caput do art. 8º do citado Decreto):
O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?	
	1. Não se aplica
	2. Sim
	2.1 Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado:
	3. Não
	3.1 Justificar:
A contratação exigirá marca ou modelo de material/equipamento específico:	
	1. Não se aplica
	2. Não. Várias marcas e modelos presentes no mercado atendem a necessidade da unidade requisitante
	3. Sim
	3.1 Justificar:
Legislação afeta à licitação	
	1. Não há conhecimento de nenhuma legislação que exija critérios especiais para contratação do objeto
	2. Decreto 7.174/2010 - Bens e serviços de informática e automação
	3. Aplicação de margem de preferência
	3.1 Informar a legislação:
	4. Outras legislações:
ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (vide Súmula TCU 247)	
É tecnicamente viável dividir a solução?	
	1. Não se aplica
	2. Não
	2.1 Justificar
	3. Sim
É economicamente viável dividir a solução?	
	1. Não se aplica
	2. Não
	2.1 Justificar:
	3. Sim
Não há perda de escala ao dividir a solução?	
	1 Não se aplica
	2. Não.
	2.1 Justificar:
	3. Sim
Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?	
	1. Não se aplica
	2. Não
	2.1 Justificar
	3. Sim
Conclusão:	
	1. Não se aplica
	2. É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.
	3. Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa
	3.1 Justificar:

VI. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
A contratação trata de prestação de serviços:	
X	1. Sim
	2. Não (Nesse caso, não é necessário responder os quesitos abaixo)
Existe um contrato atual vigente com objeto a ser licitado:	
X	1. Sim
	1.1 Informar o número e a previsão de término do contrato atual: Contrato nº 3/2019, com término previsto para o dia 09/04/2021, tendo em vista que a atual contratada não concordou com a prorrogação do pacto.
	2. Não
A nova contratação possui vigência superior a 12 meses?	
X	1. Sim
	1.1 Justificar na forma do art. 28, § 3º, da Resolução TSE 23.234/2010: Vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado na forma da legislação, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a CONTRATANTE, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
	2. Não
O novo termo de referência estabeleceu alguma melhoria ou alteração substancial em relação à contratação anterior:	
X	1. Não
	2. Sim

	2.1. Quais?
Será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Instrução Normativa 5/2018 – MPDG)?	
	1. Não
	1.1 Justificar:
X	2. Sim
	2.1 Definir os indicadores de desempenho e correlacionar com o impacto no pagamento do serviço (vide alíneas d.3 a d.5 do item 2.6 do Anexo V da IN 5/2017-MP): Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, conforme procedimento descrito no IMR – Instrumento de Medição de Resultado, anexo ao Edital, que tem por finalidade, dentre outras, aferir os resultados produzidos na execução do contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos e obrigações contratuais. Item 7 da Cláusula Décima Segunda.
Haverá possibilidade prorrogação do contrato?	
	1. Não
	2. Sim. O produto da contratação está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual (art. 57, I, da Lei 8.666/93)
	3. Sim. A contratação trata de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática (art. 57, IV, da Lei 8.666/93)
X	4. Sim. A contratação trata de prestação de serviços a serem executados de forma contínua (art. 57, II, da Lei 8.666/93)
	4.1 Justificar o enquadramento do serviço de prestação continuada (vide art. 15 da IN 5/2017-MP): Trata-se de contratação de serviços continuados pela sua essencialidade e necessidade de serem prestados de forma permanente e contínua. A possível interrupção na prestação destes serviços comprometeria a integridade do patrimônio deste TRE, bem como, o perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas tanto na Sede quanto nos Cartórios Eleitorais.
	5. Sim. Outras hipóteses
	5.1 Justificar
O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?	
X	1. Não se aplica
	2. Sim
	2.1 Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado:
	3. Não
	3.1 Justificar:
Legislação afeta à licitação	
X	1. Não há conhecimento de nenhuma legislação específica afeta ao objeto a ser contratado
	2. Decreto 7.174/2010 - Bens e serviços de informática e automação
	3. Decreto 7.983/2013 - Obra ou serviços de engenharia
	4. Lei 12.232/2010 - Serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda
	5. Aplicação de margem de preferência
	5.1 Informar a legislação:
	6. Outras legislações afetas ao objeto a ser contratado.
	6.1 Informar legislações:
ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (vide Súmula TCU 247 e item 3.8 do Anexo III da IN nº 5/2017-MP)	
É tecnicamente viável dividir a solução?	
	1. Não se aplica
X	2. Não
	3. Sim
É economicamente viável dividir a solução?	
	1. Não se aplica
X	2. Não
	3. Sim
Não há perda de escala ao dividir a solução?	
X	1. Não se aplica
	2. Não
	3. Sim
Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?	
	1. Não se aplica
X	2. Não
	3. Sim
Conclusão:	
	1. Não se aplica
	2. É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade
X	3. Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa
	3.1 Justificar: Acórdão TCU 1214/13
VI.a - SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	
A contratação trata de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra?	
X	1. Sim
	2. Não (Nesse caso, não é necessário responder os quesitos abaixo)
Forma de Aferição/Medição do serviço:	

	1. Regra
	1.1 Utilização de unidade de medida adequada ao tipo de serviço que será contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou posto de trabalho (art. 8º, caput e §1º da Resolução TSE 23.234/2010 e item 2.5, d.1, da IN nº 5/2017-MP)VI
	2. Exceção
	2.1 Adoção de critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva
	2.2 Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medida por resultado:
X	3. Exceção
	3.1 Critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação
	3.2 Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medida por resultado: Poderia se adotar como unidade de medida a produtividade, mediante ordem de serviço para cada evento. No entanto, considerando que os serviços serão prestados, além da capital, no interior do Estado, a resposta no atendimento, smj, seria desfavorável à Administração.
	4. Outras formas de medição.
	4.1 Descrever e justificar:
O salário dos postos de trabalho não poderá ser inferior ao previsto (vide o disposto no art. 5º caput e inciso VI da IN 05/2017 - MP):	
	1. Não se aplica
X	2. O salário base é o previsto atualmente na CCT do Sindicato
	2.1 Informar a cláusula, o número e o ano da CCT correspondente: Cláusula Terceira, SE000041/2019
	3. O valor mínimo do salário base que será adotado no termo de referência
	3.1 Justificar:
Há previsão de realização de horas suplementares?	
X	1. Sim
	1.1 Justificar: Em relação aos eletricitistas a serem contratados no período eleitoral para os Cartórios da Capital, devido à necessidade de plantão na véspera e dia das eleições para atender os chamados nos Locais de Votação.
	2. Não

VII. REGISTRO DE PREÇOS	
A contratação se utilizará de uma ata de registro de preços?	
	1. Sim
X	2. Não
Se for registro de preços, em qual(is) das hipóteses do art. 3º do Decreto 7.892/2013 se enquadra:	
	1. Pelas características do bem ou serviço, há necessidade de contratações frequentes
	2. É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa
	3. É conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo
	4. Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração
Será possível a utilização da ata de registros por órgãos não participantes?	
	1. Sim
	2. Não
	3. É possível a utilização dessa ata por órgãos da justiça eleitoral
	4. Inclusão de outros órgãos.
	4.1 Justificar:

VIII. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Resultados Pretendidos:	
Demandas de serviços de manutenção elétrica, de manutenção e reforma predial e de jardinagem, no TRE/SE e Locais de Votação e Apuração no período eleitoral, devidamente atendidos, para garantir as perfeitas condições de utilização, tanto ordinariamente, quanto no período eleitoral, de forma a garantir o pleno sucesso das eleições.	
Análise de viabilidade e necessidade da contratação:	
X	1. Viável e necessária
	2. Inviável e/ou desnecessária

IX. OUTRAS OBSERVAÇÕES	
X	1. Não há
	2. Sim
	2.1 Detalhar:

X. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO	
Toda a informação presente neste documento é classificada como Pública? (vide Lei 12.527/2011)	
X	1. Sim

	2. Não
	2.1 Neste caso é necessária a fundamentação da decisão baseada, no mínimo, nos seguintes elementos:
	2.1.1 Assunto sobre o qual versa a informação tida como sigilosa:
	2.1.2 Fundamento da classificação (observar os critérios do art. 24 da referida Lei):
	2.1.3 Indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites do citado art. 24:
	2.1.4 Identificação da autoridade que a classificou:
Classificação decorrente da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação). Vale frisar alguns pontos importantes da referida Lei: - Caso haja algum indicativo de grau de sigilo, o processo deverá ser encaminhado à autoridade competente para definição do grau de sigilo e de sua respectiva tramitação. - O art. 7º, § 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo. - O art. 7º, § 4º A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art. 1º, quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta Lei. - Vide arts 23 e 24 da referida Lei para verificar as hipóteses de sigilo e a sua respectiva classificação.	



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO JOSÉ ANDRADE MELO, Técnico Judiciário**, em 19/01/2021, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALEJANDRA PÉREZ DE MACHADO, Coordenador**, em 20/01/2021, às 07:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor Geral**, em 20/01/2021, às 08:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LOESER DE CARVALHO FILHO, Assessor de Planejamento e Gestão**, em 20/01/2021, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IGUASSU CÂNDIDO PEREIRA RAMALHO, Chefe de Seção**, em 27/01/2021, às 07:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 informando o código verificador **0955774** e o código CRC **665F179B**.